ANGELO ANTONIO SINDONA BELLIZIA

O DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho Zilli

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

ANGELO ANTONIO SINDONA BELLIZIA

O DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho Zilli

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Bellizia, Angelo Antonio Sindona

O direito à imagem do investigado no processo penal brasileiro; Angelo Antonio Sindona Bellizia; orientador Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho Zilli - São Paulo, 2020. 193 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito à Imagem. 2. Investigado. 3. Presunção de Inocência. 4. Liberdade de Imprensa. 5. Processo Penal. I. Zilli, Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho, orient. II. Título.

Nome: BELLIZIA, Angelo Antonio Sindona.

Título: O direito à imagem do investigado no processo penal brasileiro.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo como
exigência parcial para a obtenção do título de
Mestre em Direito Processual Penal

Aprovação em: _____

Banca Examinadora:

Presidente (Orientador): Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho Zilli

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Ao grande e eterno Deus, que, pela Graça, sonhou este sonho para mim. Tu és bom o tempo todo.

À minha esposa Priscila, porto seguro, razão do meu ser e agir, estar e ficar. Sou muito melhor ao seu lado.

Aos meus filhos, Giovanna e Matheus, expressões do amor infinito.

Ao Professor Doutor Marcos Alexandre Coelho Zilli, que, com sabedoria, paciência e confiança, conduziu-me à realização de um sonho, cedendo-me a tão almejada vaga no curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mesmo com inúmeras atividades, dedicou seu tempo e atenção para que esta dissertação tomasse forma e fosse lapidada. Seus cuidados e ensinamentos jamais serão esquecidos.

Ao Professor Doutor Fábio Ramazzini Bechara, por ter acreditado em um potencial, em princípio, invisível à mim, desde os bancos da especialização.

Aos colegas Carlos Eduardo, Ricardo, Victor, Paula e Domitila, pelo incentivo constante, mesmo quando os bicos pareciam sem saída.

Ao Guilherme San Juan, amigo querido, que, com sua generosidade, teve, e tem, papel fundamental em meu desenvolvimento profissional.

À minha mãe Marcília, que perdi ao longo da realização deste trabalho, e ao meu pai Antonio, por tudo o que representam em minha formação como ser humano.

Ao eterno Mauro Morelli, que permeia meus pensamentos e saudades, sem o qual não teria alçado voos tão altos. Sua partida ainda dói, mas sua lembrança sempre nos conforta.

Ao amigo Gerson Morelli, incentivador de primeira hora, irmão mais velho, presente da vida.

À amiga Cléo Furukawa, companheira de tantos anos e batalhas. Nossas intermináveis conversas e reflexões muito me ajudaram a alcançar este objetivo.

RESUMO

BELLIZIA, Angelo Antonio Sindona. **O direito à imagem do investigado no processo penal brasileiro**. 2020. 193p. Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, janeiro de 2020.

Com o crescente aumento da criminalidade, a sociedade cobra por soluções que sejam rápidas e eficazes em seu combate. Com tal cobrança, abrem-se as portas para as mais diversas violações de direitos e garantias individuais. A investigação preliminar, fase pré-processual de importância extrema, é terreno fértil para a satisfação dos anseios sociais e resposta aos clamores por justiça. O direito à imagem do investigado é atacado e violado de forma explícita quando de sua exposição aos órgãos de imprensa, muitas vezes com o auxílio da própria autoridade pública. A presunção de inocência, como norma de tratamento, encontra barreiras para a sua efetivação, e os interesses público e privado mantêm constante conflito. Outros interesses tutelados pelo texto constitucional também se enfrentam, de forma que, torna-se cada vez mais difícil o equilíbrio entre liberdade de imprensa/expressão/informação e presunção de inocência/inviolabilidade da imagem do investigado. A sociedade do medo ancora-se em uma realidade paralela, criada pela mídia sensacionalista e fomentada pela legitimação da execração pública do investigado. O espetáculo da exposição abusiva do investigado tem como objetivo a legitimação do poder repressivo estatal, bem como interesses econômicos. Operações midiáticas de combate à ue consubstancia-se, invariavelmente, em violação de direitos e garantias individuais. Luzes são lançadas quando do surgimento de jurisprudências e legislações que tutelam a imagem do investigado, e que tangenciam, tanto o direito ao esquecimento, quanto a proteção específica de tão caro direito da personalidade. Somente assim, a presunção de inocência, através de sua dimensão objetiva, poderá emanar seus efeitos irradiante e horizontal, estendendo aos órgãos públicos e aos particulares sua observância e efetivação.

Palavras-chaves: Direito à Imagem. Investigado. Presunção de Inocência. Liberdade de Imprensa. Processo Penal.

ABSTRACT

BELLIZIA, Angelo Antonio Sindona. **The right to image of the investigated person in the brazilian criminal proceeding**. 2020. 193p. Master's Degree. Faculty of Law of the University of São Paulo, January 2020.

With increasing crime, society is demanding solutions that are quick and effective in its fight. Such a charge opens the door to the most diverse violations of individual rights and guarantees. The preliminary investigation, a pre-procedural phase of extreme importance, is fertile ground for the satisfaction of social desires and response to claims for justice. The right to image of the investigated person is explicitly attacked and violated when exposed to the press, often with the help of the public authority itself. The presumption of innocence as a standard of treatment encounters barriers, and public and private interests are constantly in conflict. Other interests protected by the Constitution also face each other, so that the balance between freedom of the press / expression / information and presumption of innocence / inviolability of the image of the investigated person, becomes increasingly difficult. The society of fear is anchored in a parallel reality, created by the sensationalist media and fostered by the legitimation of the public execution of the investigated. The spectacle of the abusive exposure of the investigated aims at the legitimation of state repressive power, as well as economic interests. Mediatic operations to combat corruption, tempered by the distortion of reality promoted by the mainstream media, often made possible by the public authority, feed the population with feelings of revolt and powerlessness, which invariably embody violations of individual rights and guarantees. Lights are shed when the emergence of jurisprudence and laws that protect the image of the investigated and that tangent, both the right to forget, and specific protection to such an important right of personality. Only in this way, the presumption of innocence, through its objective dimension, can emanate its radiating and horizontal effects, extending its observance and effectiveness to public and private entities.

Key-words: Right to image. Investigated Person. Presumption of Innocence. Freedom of Press. Criminal Proceedings.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 IMPUTAÇÃO NO PROCESSO PENAL – DELIMITANDO A SITUAÇÃO JURÍDICA DE “INVESTIGADO”	15
1.1 A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	21
1.1.1 Considerações iniciais.....	21
1.1.2 Definição terminológica e funções da investigação preliminar	22
1.1.3 A investigação preliminar como fase pré-processual eficiente e garantista	26
1.2 AS FORMAS MAIS COMUNS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR COMO INSTRUMENTOS DE GARANTIAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	29
1.2.1 Inquérito policial	29
1.2.2 O indiciamento como forma de contenção ao abuso do poder estatal.....	32
1.2.3 A identificação criminal e a qualificação direta e indireta.....	37
1.2.4 O Procedimento investigatório criminal.....	41
2 O DIREITO À IMAGEM E O INVESTIGADO	43
2.1 DIREITO À IMAGEM E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COMO FUNDAMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DO DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO	43
2.2 A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO CONTEXTO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	46
2.2.1 Considerações iniciais – sistema global de proteção aos Direitos Humanos.....	46
2.2.2 Sistemas regionais de proteção aos Direitos Humanos.....	49
2.3 A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL	50
2.3.1 As perspectivas objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais e seu reflexo na presunção de inocência – o caminho até a proteção da imagem do investigado.....	52
2.4 AMPLIAÇÃO DO ÂMBITO DE PROTEÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COMO NORMA DE TRATAMENTO.....	60

2.4.1	Notas introdutórias.....	60
2.4.2	A presunção de inocência como norma probatória	61
2.4.3	A presunção de inocência como norma de juízo.....	64
2.4.4	A presunção de inocência como norma de tratamento.....	65
2.5	DIREITO À IMAGEM.....	70
2.6	MÍDIA, IMAGEM E PROCESSO PENAL	76
2.7	A PUBLICIDADE NO PROCESSO PENAL: MÍDIA E INVESTIGADO	85
2.7.1	Publicidade externa/extraprocessual e interna/endoprocessual	87
2.7.2	Publicidade imediata e mediata	88
3	AS VIOLAÇÕES AO DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO DURANTE A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....	93
3.1	BREVES CONSIDERAÇÕES	93
3.2	DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO E MEDIDAS CAUTELARES.....	94
3.2.1	Notas introdutórias.....	94
3.2.2	Direito à imagem do investigado e prisões cautelares	96
3.3	O DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO NAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS: O USO DE ALGEMAS E A APRESENTAÇÃO DO INVESTIGADO À IMPRENSA.....	106
3.4	O DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO NO CURSO DE MEDIDAS CAUTELARES REAIS E DE INCIDÊNCIA PROBATÓRIA.....	117
3.4.1	Medidas cautelares reais – breves considerações	118
3.4.2	Medidas cautelares de incidência probatória – breves considerações	119
3.5	O DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO COLABORADOR NA COLABORAÇÃO PREMIADA.....	131
3.5.1	Breves considerações	131
3.5.2	O direito à imagem e o investigado colaborador	134
4	DIREITO AO ESQUECIMENTO: SOLUÇÃO PARA OS MALES CAUSADOS PELA VIOLAÇÃO AO DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO?	141
4.1	NOTAS INTRODUTÓRIAS	141

4.2	ANÁLISE JURISPRUDENCIAL	144
4.3	DIREITO AO ESQUECIMENTO E A PERENIDADE DO ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES EM TEMPOS DE INTERNET.....	149
4.4	O DIREITO AO ESQUECIMENTO E A EXTENSÃO DE SEUS EFEITOS AO INVESTIGADO.....	151
5	O DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	159
5.1	BREVES CONSIDERAÇÕES	159
5.2	A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR NO PL 8045/2010 E SEUS REFLEXOS NO DIREITO À IMAGEM DO INVESTIGADO	159
5.2.1	Notas introdutórias.....	159
5.2.2	A situação jurídica de “investigado” e a proteção à sua imagem no PL 8045/2010.	160
5.3	O JUIZ DE GARANTIAS NO PL 8045/2010 E NA LEI 13.964/19 E A PROTEÇÃO DA IMAGEM DO INVESTIGADO.....	164
5.3.1	O artigo 3º-F da Lei 13.694/2019 e a proteção específica à imagem do investigado.	167
	CONCLUSÃO.....	171
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179

INTRODUÇÃO

O modelo político estatal tem direta influência sobre o processo penal e dessa forma, “fundamentos autoritários, além de clamarem por um poder punitivo centralizador e forte, conduzem a uma dinâmica processual desequilibrada, pautada pela hipertrofia do polo acusador¹”. Por consequência, se há a pretensão de uma eventual retomada do padrão democrático, necessário, portanto, incorporar os valores de igualdade e liberdade ao exercício do poder. Atingido tal objetivo, haverá, certamente, uma relação processual mais equilibrada².

Assim, quando alcançado o almejado equilíbrio processual, a presunção de inocência assumirá lugar de destaque como regra de tratamento do investigado, que, por conseguinte, deverá ser atentamente observada por todos os atores da persecução penal, desde o seu início³. Mas não é somente aos mencionados atores que se estende a obrigação da observância da presunção de inocência; tal obrigação deve ser cumprida, também pelos meios de comunicação e, em maior alcance, pelos familiares da vítima de um delito. A vinculação do princípio em comento deve ser total e abrangente⁴.

A persecução penal é ambiente favorável ao choque de direitos e interesses protegidos pelo texto constitucional e diplomas convencionais. Na investigação preliminar, estes conflitos tornam-se mais latentes. A necessidade de se garantir a atuação rápida e ágil da polícia judiciária para a manutenção da tranquilidade social – e pronta resposta à sociedade –, somada a uma espetacularização midiática dessa fase investigativa, trazem preocupação e aumentam a crise já, há muito, instaurada no sistema de investigação preliminar brasileiro.

A persecutio criminis, per se, constitui um fardo ao indivíduo. Em regra, sua entrada nesse mundo novo se dá através da investigação preliminar. Há, desde este momento pré-processual, limitação de direitos do investigado, mais especificamente, direitos da personalidade, sendo maior a necessidade de preservá-los contra abusos estatais e midiáticos⁵.

¹ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. Ainda que tardia, que venha a liberdade: breve panorama sobre a prisão cautelar no direito brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 18, n. 85, p. 449, jul./ago. 2010.

²Ibid., p. 449.

³Ibid., p. 449.

⁴MORAES, Maurício Zanoide de. **Presunção de inocência no processo penal brasileiro**: análise de sua estrutura normativa para elaboração legislativa e para a decisão judicial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 482.

⁵PONTE, Ana Lúcia Menezes Vieira da. **Publicidade dos atos processuais penais e meios de comunicação em massa**. Orientador: Antonio Magalhães Gomes Filho. 2002. 350 p. Dissertação (Mestrado em Processo Penal) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 160.

Com os crescentes índices de criminalidade⁶, e o calor das discussões que envolvem a temática, a sociedade cobra por imediatas respostas dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Assim, a investigação preliminar torna-se o palco ideal para a perpetuação de violações a direitos e garantias individuais, como forma de resposta aos apelos sociais por uma solução premente e permanente.

Nessa trilha, o possível autor de um delito é julgado previamente com base em opiniões exaradas pela imprensa⁷ e, em que pese não haver ainda sequer acusação formal, “as dúvidas sobre o delito, suas circunstâncias e a autoria, mesmo que fundadas em elementos de prova, na mídia, tornam-se certezas⁸”. Esse fenômeno não ocorre somente em ações de Polícia Judiciária; investigações perpetradas pelo Ministério Público, por exemplo, também trazem em seu bojo a possibilidade de exposição da imagem do investigado e suas consequências⁹, muito antes da formação definitiva de um juízo de culpa.

A exibição do investigado à imprensa, fomentada pela cultura autoritária e participação de agentes públicos, contribui para a execração de sua imagem, pois o vincula a um delito cujas circunstâncias ainda estão sendo apuradas. O problema é agravado quando a veiculação dessa imagem ocorre sem a autorização do investigado. Ainda, a imprensa, que distorce a realidade fática em prol de audiência e poder econômico, não aponta dados objetivos que demonstrem a participação do indivíduo detido no cometimento do delito; mesmo assim, o investigado tem a sua imagem indevidamente exibida sem que haja sequer acusação formal¹⁰. Assim, a presunção de inocência do investigado, força motriz do processo penal, é severamente abalada, tendo em vista que o grande público, por conta das informações deturpadas que recebe, já o assume como culpado.

A mensagem passada à sociedade pela mídia, muitas vezes com o auxílio dos órgãos de perseguição, instaura um medo generalizado, medo da criminalidade. Tal mensagem acaba

⁶De acordo com pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, a taxa de homicídios no Brasil, em 2016, atingiu a marca de 30 para cada 100 mil habitantes, 30 vezes maior que a encontrada em países europeus. Ainda, entre 2006 e 2016, segundo a pesquisa, 553 mil pessoas perderam a vida devido à violência intencional no Brasil, número que supera o de vítimas fatais na guerra da Síria entre 2011 e 2016. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/06/b1c8bc69867dc06af2acaefa4764ae70.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

⁷VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo penal e mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 169.

⁸Ibid., p.169.

⁹BERTI, Silma Mendes. **Direito à própria imagem**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993, p. 65, aduz que a exposição desmedida do investigado traz “marca indelével de desonestidade e até de periculosidade que dificilmente será desfeita. E deixam por certo um dano de difícil reparação”.

¹⁰MORAES, Rodrigo Iennaco de et al. Exibição do suspeito preso à imprensa como atenuante nominada da pena. In: BRODT, Luís Augusto Sanzo; SIQUEIRA, Flávia (Orgs.). **Limites ao poder punitivo; diálogos na ciência penal contemporânea**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 366.

por legitimizar a execração pública do investigado, agravada, por exemplo, por sua exibição à imprensa, algemado ou não, ou pela decretação de medidas cautelares.

O espetáculo é direcionado à legitimação do poder repressivo e incentiva a resposta punitiva estatal. Como observa Ferrajoli, a estimulação do medo ao crime “lo dramatiza y lo alimenta como fuente de legitimación del poder repressivo y de la respuesta punitiva: um poder, en este caso, que como antídoto del miedo obtiene de este consenso y legitimación política¹¹”.

A veiculação de notícia pela mídia, incute nos populares, que desconhecem argumentos jurídico-constitucionais-convencionais, a ideia de que todo suspeito é, de fato, culpado. Há, assim, uma inclinação da população a estigmatizar o indivíduo exibido, sobre caso em que não há certeza jurídica, atingível tal, tão e somente, pelo devido processo legal.

O presente trabalho abordará o direito à imagem do investigado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo busca definir em que momento surge a situação jurídica de “investigado”. Isso porque, o ponto de partida para a definição da proteção dos direitos da personalidade é a delimitação do instante no qual o indivíduo torna-se mais suscetível à privação de liberdades, em particular, quando inserido âmbito de uma investigação preliminar.

Assim, importante determinar quando devem ser acionadas as proteções constitucional e convencional, instrumentalizadas pelo processo penal, com o fito de que sejam preservados direitos da personalidade do indivíduo, mormente o seu direito à imagem, este, bastante desvalido durante a investigação preliminar.

Um estudo cauteloso da imputação no processo penal é fundamental para que se entenda o início da submissão do cidadão à máquina persecutória estatal e determinante para que haja, desde o nascimento da investigação preliminar, a total proteção de seus direitos e garantias individuais. É através da imputação que se delimita a situação jurídica do indivíduo na investigação preliminar e, assim, pode-se determinar o seu grau de vulnerabilidade.

Uma vez imputado o sujeito torna-se “investigado”, ficando, então, submetido ao poder punitivo estatal. A partir desse momento, o investigado passa a gozar de toda a gama de proteção franqueada, tanto pelo texto constitucional, quanto pelos diplomas convencionais dos quais o Brasil é signatário, tudo isso para que haja limites à atuação estatal durante a investigação preliminar.

¹¹ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **La emergencia del miedo**. Buenos Aires: Ediar, 2013, p. 62.

O segundo capítulo, procura demonstrar como o princípio da presunção de inocência baliza, inspira e fundamenta a proteção da imagem do investigado. Será ainda estudada a imagem como direito da personalidade, bem como a delimitação e definição de seu conceito. Ainda, o choque entre direito à informação/liberdade de imprensa/publicidade dos atos processuais e presunção de inocência/inviolabilidade de imagem também será abordado. Tal estudo se faz necessário, pois o conflito entre estes bens jurídicos tem natureza complexa e é de difícil resolução. A liberdade de imprensa, bem como o direito à informação e a publicidade dos atos processuais encontram seus limites no princípio da proporcionalidade, “onde será possível estabelecer qual o direito, igualmente tutelado pela Constituição, tem maior valia [...]”¹².

No terceiro capítulo trataremos das problematizações *per se*, observando quando o investigado está mais suscetível a ter sua imagem violada no curso da investigação preliminar. Tal abordagem abarcará as ofensas à imagem do investigado na concreção da execução de medidas cautelares pessoais, reais e de incidência probatória, conduções coercitivas, bem como uma incursão no direito à imagem do investigado-colaborador.

O direito ao esquecimento é matéria que será minuciada no quarto capítulo. O estudo buscará demonstrar como o direito ao esquecimento pode ser solução à estigmatização da imagem física e social do investigado, que deve ser observado, quando, por exemplo, do arquivamento da investigação preliminar ou da rejeição da denúncia. Entretanto, o direito ao esquecimento carece de maior discussão, tanto na seara legislativa, quanto doutrinária e jurisprudencial, sendo de aplicação recente no ordenamento jurídico brasileiro.

No capítulo final, trataremos das inovações trazidas pelo PL 8405/2010, o Projeto do Novo Código de Processo Penal, no que tange seus reflexos na proteção da imagem do investigado. Importantes mudanças abarcadas pelo Projeto de Lei em tela serão estudadas; a delimitação da situação jurídica de “investigado”, a não submissão do investigado à exposição dos meios de comunicação, a conceituação de indiciamento, as mudanças na identificação criminal e a instituição do juiz das garantias no sistema processual penal brasileiro. Por fim, serão pontuadas as alterações trazidas pela Lei 13.964/2019, conhecida como “pacote anticrime”, no que tange a investigação preliminar, bem como a tutela da imagem do investigado.

¹²PONTE, Ana Lúcia Menezes Vieira da. **Publicidade...**, op. cit., p. 300.

CONCLUSÃO

A violação do direito à imagem do investigado tem ampla extensão. Pode se dar nos mais diversos momentos da investigação preliminar, situação na qual o indivíduo encontra-se em particular estado de vulnerabilidade. A investigação preliminar desponta como tempo crítico na vida do investigado, de modo que sua exposição abusiva pode afetar de maneira indelével sua imagem física e social.

O momento no qual emerge tal situação de fragilidade é definido pelo surgimento da imputação. A imputação, *per se*, não se constitui em um ato específico, mas através da atribuição de um juízo. Nesse giro, há imputação independentemente de indiciamento, por exemplo, e uma vez externado tal juízo, ocorre atribuição ao indivíduo de carga processual. A partir desse momento o sujeito torna-se investigado, devendo, então, contar com proteção constitucional e convencional, instrumentalizada pelo processo penal, sem exceções. Dessa forma, tutela-se o agora investigado contra os abusos midiáticos e estatais que possam surgir, mormente em relação à exposição indevida de sua imagem, não excluídos outros aspectos de proteção.

Nessa trilha, a proteção da imagem do investigado deve ser reflexo imediato do princípio da presunção de inocência, preservado e efetivado, tanto pelos órgãos da persecução penal, quanto pela mídia. A presunção de inocência, direito fundamental, tem papel direito na proteção da imagem do investigado, tendo em vista que a sua não observação, principalmente como norma de tratamento, resultará em violações das mais diversas. A imagem do investigado, sem a baliza do princípio da presunção de inocência será perpetrada, tanto em seu aspecto “retrato” quanto “atributo”.

O processo de etiquetamento do investigado, sem a guarida da presunção de inocência, durante a investigação preliminar, ganha força, impulsionado pela ação dos órgãos de mídia, que apresentam uma versão da imagem do indivíduo fundada em realidade distorcida. A exposição midiática abusiva, despe o investigado de sua identidade original, substituindo-a por outra, carregada de estigma, que o transforma em “culpado”, antes mesmo de, contra este, pesar acusação formal.

Partindo-se da premissa de que a presunção de inocência guia e inspira a proteção da imagem do investigado, é necessário compreender que este direito fundamental deve ser analisado sempre através de duas perspectivas, a subjetiva e objetiva. O caminho para a compreensão do âmbito da tutela do direito à imagem do investigado, delineado pela

presunção de inocência, é percorrido através da observação dessas dimensões, tanto a subjetiva, quanto a objetiva.

Nesse jaez, tem-se que os direitos fundamentais aplicados ao processo penal posicionam o investigado como sujeito de direito subjetivo. Assim, a perspectiva subjetiva da presunção de inocência coloca o investigado em vantagem em relação ao Estado, que deve se estar em posição de abstenção. Consequentemente, não é possível considerar o indivíduo culpado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Já pela perspectiva objetiva da presunção de inocência, ampliativa e complementar à sua dimensão subjetiva, percebemos que o direito fundamental em tela, no processo penal brasileiro, assume contornos de “norma de tratamento”. O investigado, assim, deve ser tratado como inocente durante todo o curso da investigação preliminar.

A exposição do investigado à imprensa, algemado ou não, por exemplo, reforça a ideia, aos olhos do grande público, de que este é culpado, violando seu direito à imagem através da deturpação da presunção de inocência como norma de tratamento.

É nesse sentido que aplica-se o efeito horizontal, que emana da dimensão objetiva da presunção de inocência; tendo em vista que o efeito mencionado amplia a vinculação da presunção de inocência às relações entre particulares, a imprensa deveria abster-se de divulgar imagens e dados do investigado antes da formalização da acusação, mesmo que tal disseminação ocorra dentro de parâmetros puramente informacionais. Caso a divulgação seja abusiva e execratória, mais gravosa a situação; a violação da imagem do investigado, e consequentemente da presunção de inocência como norma de tratamento, afetará tanto a sua imagem física (retrato), quanto atributo (social).

No mesmo sentido devota-se o efeito irradiante, que também origina-se da perspectiva objetiva da presunção de inocência. Tal efeito vincula os órgãos públicos à, não somente, mas principalmente, executar o ordenamento jurídico de acordo com um paradigma constitucional de observância e tutela da presunção de inocência. A participação dos órgãos do persecutório na execração da imagem do investigado, vem de encontro à presunção de inocência analisada por sua dimensão objetiva e efeito irradiante. A autoridade pública, que deveria ser guardiã de Direitos Fundamentais, contribui para o etiquetamento do investigado, tudo em nome do “interesse público”.

Somente através de exercício legislativo e consequente normatização específica da tutela do investigado, que abarcaria o espectro das suas relações com particulares e órgãos do persecutório, bem como entre particulares, a presunção de inocência poderá emanar seus efeitos horizontal e irradiante, através de sua perspectiva objetiva. Tais efeitos são necessários

à preservação da imagem do investigado e devem ser refletidos nos comportamentos, tanto dos meios de comunicação, quanto dos órgãos responsáveis pelo persecutório, aqui, em particular, pela investigação preliminar.

A exposição indevida da imagem do investigado toma cursos mais extensos e tortuosos, principalmente em dias atuais, tempos de internet e mídias sociais. O direito à imagem, nessa toada, ocupa lugar de destaque entre os direitos da personalidade. A complexidade de seus diversos aspectos demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido, tanto normativo, quanto jurisprudencial e doutrinário, para que tal direito seja observado e aplicado no direito processual penal moderno.

A imagem do indivíduo possui aspectos físicos, como exteriorizações de feições do rosto, tatuagens, cor dos olhos, pele, entre outros, denominada de imagem-retrato e aspectos sociais, entendidos estes como as características apresentadas socialmente pelo indivíduo, seus atributos sociais, denominada de imagem-atributo. Ambas são violadas quando da exposição abusiva da imagem do investigado, que como bem jurídico autônomo, merece proteção, independentemente da tutela conferida a outros direitos da personalidade.

De certo que o direito à imagem do investigado não é absoluto. As restrições a esse direito devem ser ancoradas no princípio da proporcionalidade, que balizará as relações entre interesse público e privado. O interesse público pode se dar, por exemplo, quando da necessidade da divulgação de retrato falado ou fotografia, com a finalidade de contribuição para o deslinde da investigação.

Ocorre que, caso a divulgação da imagem traga aspectos deteriorantes sobre o investigado e o denigra, incentivando pré-julgamentos populares, o interesse privado deve prevalecer sobre o público e o direito à imagem deve ser preservado. A razoabilidade, na execração pública do investigado, não encontra guarida, e a proporcionalidade não é observada. A divulgação da imagem do investigado, deve ter objetivos lícitos, e não pode tornar-se meio para que se atinja finalidade degradante e execratória.

Nesse mister, defendemos que a imprensa deve ser abster de divulgar dados pessoais e imagem do investigado até o recebimento da acusação formal. Não se fala aqui em censura, tendo em vista que os órgãos de mídia podem bem cumprir seu papel, no curso de investigação preliminar, informando o fato, mas ocultando o investigado.

A prevalência do interesse público sobre o privado, no que diz respeito à divulgação da imagem do investigado, deve se dar somente se há finalidade lícita na disseminação da notícia. Entretanto, tais casos devem ser exceções, analisados sempre pelas lentes do princípio da proporcionalidade.

Ainda, no aspecto “interesse público *versus* interesse privado”, é necessário pontuar que a liberdade de informar e ser informado, com acesso às fontes informativas, é uma das bases fundantes de um estado democrático de direito. É direito pessoal, individual e não pode sofrer censuras. Entretanto, a informação veiculada tem de possuir qualidade, pois é fruto de prestação de serviço público e não deve distorcer a realidade. O imediatismo, fomentado pela velocidade da propagação de informações prejudica, tanto a qualidade da notícia disseminada, quanto a recepção desta notícia por parte do público-alvo. A mensagem divulgada ao público pelos órgãos de imprensa torna-se codificada e distorcida, contribuindo para o aumento dos índices de audiência e consequente venda de espaços publicitários. A ficção, então, torna-se realidade.

Assim, uma notícia que carrega em seu bojo uma deturpação da realidade, certamente trará consequências para aqueles que dela são objetos. A imagem dos envolvidos na disseminação de informações falsas ou falseadas, principalmente se forem apontados como autores de crimes, será maculada, tanto em seu aspecto “retrato”, quanto “atributo”.

Nesse mister, o interesse da divulgação de notícias degradantes encontra amparo no estímulo ao medo e à insegurança, fruto direito do *fast journalism*. Assim, os meios de comunicação moldam, modificam e integram os valores da *opinio publica*, constituindo e desfigurando o comportamento social. O grande público, destinatário das informações deturpadas, constrói seus próprios meios de proteção contra a violência, que é disseminada de forma alarmante e desfigurada pela mídia.

Na investigação preliminar já há uma invasão à esfera de intimidade do investigado e, a vicissitude de ter sua imagem divulgada e distorcida através de uma deturpação da realidade fática, torna o momento investigativo mais difícil de ser enfrentado. O fardo impresso pela investigação preliminar torna-se, então, maior, demandando proteção constitucional, convencional e infraconstitucional efetiva.

Nesse giro, é importante pontuar que a publicidade dos atos processuais penais enfrenta limitação, levando-se em consideração que a publicidade externa (tanto mediata, quanto imediata) pode contribuir para que os órgãos de mídia encontrem na divulgação dos atos judiciais formas para deturpar a imagem do investigado. Já a publicidade interna, que valida a investigação preliminar, é garantia do investigado pois permite seu acesso e participação nos atos investigatórios.

As medidas coercitivas decretadas no curso de uma investigação preliminar, sejam quais forem, podem contribuir sobremaneira para a degradação da imagem do investigado.

Isso se dá pois há um afastamento temporário, nunca total, da presunção de inocência quando da decretação de medida cautelar.

Ocorre que, como sabido, cautelaridade não pressupõe antecipação de pena e, sim, instrumentalidade e consequente tutela ao processo. A divulgação sensacional de prisão preventiva pela imprensa, perpetrada de forma abusiva, por exemplo, leva imediatamente ao conhecimento do público, realidade desvirtuada, de maneira que a imagem do investigado é pervertida, tornando-o, aos olhos da audiência, culpado por crime que sequer foi efetivamente instruído e julgado.

O uso de algemas quando da apresentação desvirtuada do investigado à imprensa (ou mesmo a apresentação do investigado à imprensa sem algemas) causa evidente constrangimento, e deve somente ser carreado quando de sua necessidade legalmente motivada. A nova Lei de Abuso de Autoridade, 13.869/2019, trouxe a responsabilização, tanto civil quanto criminal, para o agente público que constrange o preso a exhibir-se ou ter seu corpo exibido à curiosidade pública ou submete-o à situação vexatória.

A novel legislação, em que pese ser demasiadamente aberta a interpretações das mais diversas, lançou luzes ao tema, coibindo agentes públicos de constrangerem presos – investigados, réus ou condenados – e responsabilizando-os pelas violações. Os órgãos do persecutório devem agir para que a proteção da imagem do investigado seja observada, encontrando as raízes dessa tutela na presunção de inocência como norma de tratamento, que reflete sua dimensão objetiva em seus efeitos irradiante e horizontal.

Em termos de colaboração premiada, deve-se observar com cautela a figura do investigado colaborador, que possui proteção específica à sua imagem, insculpida na Lei 12.850/2013. Os acordos de colaboração premiada divulgados pelos órgãos de comunicação, temperados com a já mencionada deturpação de realidade fática, tornam o investigado colaborador, visto pelas lentes do público, “delator”, “detrator”, “dedo-duro”. Mais uma vez, tanto a imagem-retrato, quanto imagem-atributo do investigado colaborador devem ser protegidas.

Nesse sentido, a Lei 12.850/2013, traz em seu art. 5º, inc. V, tutela específica destinada à preservação da identidade e imagem do investigado colaborador, que não deve ser divulgada sem sua prévia autorização por escrito. Ainda, em que pese o acordo de colaboração premiada perder a sua condição de sigilo quando do recebimento da denúncia, a imagem do colaborador deve continuar a ser preservada. O ponto tratado na presente dissertação não tangenciou a integridade física do investigado colaborador, mas somente a preservação de sua imagem. Outrossim, a Lei 12.850/2013 criminaliza quem revela a

identidade, filma ou fotografa o colaborador sem sua prévia autorização, impondo pena de 1 a 3 anos ao infrator.

Como solução aos resultados da violação do direito à imagem do investigado, surge o direito ao esquecimento, que, dos direitos da personalidade é uma manifestação. Repercute o direito ao esquecimento na intimidade, na vida privada e na identidade pessoal do investigado, vez que seu titular quer impedir a divulgação fato pretérito que integra seu passado, e sobre este, não há mais interesse público, devendo o acontecimento degradante ser esquecido.

De fato, o direito ao esquecimento deve ter alcance amplo, abarcando, tanto aspectos da vida privada e intimidade do investigado – aqui representados pelo próprio fato degradante – como pontos relativos à sua identidade pessoal. Nesse mister, não somente o esquecimento à identidade pessoal do investigado no que tange seus elementos caracterizadores, como nome, pseudônimo e imagem, por exemplo, devem ser levados em consideração; o direito ao esquecimento, pelo viés da identidade pessoal do investigado deve englobar, também, elementos não conectados à sua realidade física, tais como posicionamento político, religioso e a própria situação de investigado.

Assim, o arquivamento da investigação ou a rejeição da denúncia devem servir de ponto de partida para o exercício do direito em tela, de forma que tal vivência fique relegada ao esquecimento coletivo.

Na era da informação digital, regular o direito ao esquecimento, de forma que se atenda, através do princípio da proporcionalidade, tanto o interesses públicos, quanto individuais, não é tarefa fácil. O armazenamento das informações sobre o investigado, mormente na era digital, tem caráter de perenidade e multiplicidade. Ainda assim, o tema tem sido enfrentado pela jurisprudência internacional e pátria.

No caso do Brasil, as situações que envolvem o direito ao esquecimento ainda são recentes e carecem de mais digressão, tanto legal, quanto jurisprudencial e doutrinária. No processo penal brasileiro, as leis disponíveis, que tratam do direito ao esquecimento, referem-se, sempre, ao condenado, e nunca ao investigado, o que não deve ser ponto impeditivo para a torná-lo titular do direito em tela.

O direito ao esquecimento deve ser observado como oriundo da dignidade da pessoa humana e traz em seu âmago possibilidade de resgate de imagem-retrato e imagem-atributo do investigado. O investigado, assim, pode extirpar de seu seio social situação que não mais condiz com a sua realidade, ressocializando-se sem mácula pretérita e sem que seja identificado como “investigado”.

Outrossim, a ausência de normatização específica e abrangente, dificulta a efetivação das disposições constitucionais e convencionais no que toca a proteção da imagem do investigado. O Projeto do Novo Código de Processo Penal – PL 8045/2010 - traz alento à discussão, observando maiores direitos ao indivíduo durante a investigação preliminar, inclusive a proteção à sua imagem, seja ela imagem-atributo ou imagem-retrato. Mudanças significativas, tais como a definição da situação jurídica de investigado, a normatização do indiciamento e alterações propostas no que tange a identificação criminal, trazem maiores garantias ao investigado, coadunando-se com a Carta Política de 1988 e os textos convencionais dos quais o Brasil é signatário.

De significância maior para o tema do presente trabalho, surge na Lei 13.964/2019 o juiz das garantias, que tem como objetivo tutelar os direitos e garantias individuais do investigado, firmando o modelo processual baseado no sistema acusatório. Assim, o juiz das garantias atuará somente na investigação preliminar, distanciando-se de questões que tocam a instrução processual.

A previsão específica da proteção da imagem do investigado preso, no art. 3º-F da referida lei, traz luz à discussão, mas carece de proteção mais abrangente. Assim, o mencionado artigo deve ser aplicado em conjunto com o art. 10 do PL 8045/2010, ainda de *lege ferenda*; o artigo garante, expressamente, que o nenhum investigado (e não somente o investigado preso) será submetido à exposição dos meios de comunicação, observando, assim, a preservação de sua intimidade e vida privada. Quando aplicado em conjunto com o art. 3º-F da Lei 13.964/2019 o art. 10 do PL 8045/2010 traz completude à proteção da imagem do investigado, abrindo caminho para a efetivação de seu direito à própria imagem.

Ainda, na leitura do art. 3º-F da Lei 13.964/2019, há a vinculação dos órgãos de imprensa e autoridades públicas à preservação do direito à imagem do investigado. O acordo entre órgãos de mídia e autoridades públicas, com o fito de explorar a imagem do investigado preso, não mais é permitido. Nessa toada, o trâmite de informações entre imprensa e autoridades que tangenciam à prisão de investigado deverá ser regulamentado. Dessa forma, o legislador observou a manutenção da presunção de inocência como norma de tratamento, que emana efeitos horizontais e irradiantes, por sua perspectiva objetiva. Nesse giro, o juiz das garantias tutelar, de forma direta, a imagem do investigado, contribuindo para que os arbítrios estatais e privados cessem ou, pelo menos, mitiguem-se.

O convívio harmônico entre a efetividade da persecução penal, o direito à informação e a dignidade da pessoa submetida à prisão é tarefa difícil. Deve ser regulamentada por meio

de lei, concebida após intensos debates entre a sociedade civil e o poder público, em esforço multidisciplinar.

Em conclusão, a imagem do investigado deve ser preservada durante a investigação preliminar, observados os limites entre direito à informação/liberdade de imprensa/publicidade dos atos processuais e inviolabilidade de imagem/presunção de inocência, pautados pelo princípio da proporcionalidade.

Como consequência dos excessos praticados pela mídia e por órgãos da persecução penal, há uma reafirmação da necessidade da proteção dos direitos inerentes à personalidade do investigado, mormente o seu direito à própria imagem. Nasce, portanto, a necessidade da criação de mecanismos de controle mais rígidos, de forma que sejam evitadas lesões à sua imagem.

Ainda, as massas consumidoras de mídia – televisiva, impressa ou digital - devem ser conscientizadas e educadas para que apresentem atitude mais crítica no que toca os órgãos de imprensa, transformando a preservação da imagem do investigado em esforço coletivo. Dessa forma, a presunção de inocência será observada e efetivada, emanando, de sua perspectiva objetiva, seus efeitos irradiante e horizontal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDO, Helena **Mídia e processo**. São Paulo, Saraiva 2011.

ACUNHA, Fernando José Gonçalves. Democracia e transconstitucionalismo: "direito ao esquecimento", extraterritorialidade e conflito entre ordens jurídicas. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 748-775, set./dez. 2016.

ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madri, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ALMEIDA, Débora de Souza de. Cultura, punição e mentalidades sociais: um prelúdio para a compreensão do influxo da opinião pública na construção de políticas penais. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 13, n. 74, p. 77-89, jun./jul. 2012.

ALMEIDA, Francisco Iasley Lopes de. Exposição da imagem de presos e direitos fundamentais. **Orbis Revista Científica**, p. 3 e 4, 2010. Disponível em: <www.cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/download/113/113>. Acesso em: 26 fev. 2019.

ANDRADE, Manuel da Costa. **Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídico-criminal**. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

ANDRIOLI, Virgilio. Introduzione allo studio sistematico dei provvedimenti cautelari di Piero Calamandrei. **Il Foro Italiano**, v. 132, n. 5, 2009, p. 205/206-209/210.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A imagem-retrato e a imagem-atributo: conceitos distintos na constituição federal de 1988. In: COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. **Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais: visão luso-brasileira**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. O conteúdo do direito à própria imagem: um exercício de aplicação de critérios de efetivação constitucional. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 23, n. 73, p. 119-126, nov. 2003.

ARROYO KALIS, Juan Ángel; FALCONI MÚZQUIZ, Fernando. La criminología mediática como amenaza a la efectividad del derecho a la presunción de inocencia. **Iter Criminis: Revista de Ciencias Penales**, México, 6ª Época, n. 8, p. 129-145, jan./mar. 2015.

ARRUDA, Eloisa de Souza. As medidas cautelares reais no processo penal brasileiro. **MPMG jurídico: revista do ministério público do estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 52-53, dez./jan. 2005/2006.

AVOLIO, Luiz Francisco Torquato. Os direitos do preso e a mídia. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 10, n. 114, p. 7-10, maio 2002.

ÁVILA, Gustavo Noronha de; GAUER, Gabriel José Chittó. Presunção de inocência, mídia, velocidade e memória: breve reflexão transdisciplinar. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 7, n. 24, p. 105-113, jan./mar. 2007.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Correlação entre acusação e sentença**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Ônus da prova no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. A lei n. 11.435, de 28.12.2006 e o novo arresto no código de processo penal. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 14, n. 172, p. 13, mar. 2007.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Processo penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BÁRTOLI, Márcio Orlando. Antecedentes criminais e presunção de inocência (jurisprudência comentada). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 4, n. 15, p. 388-392, jul./set. 1996.

BASTOS JUNIOR, Edmundo José de. Algemas. **Revista da ESMESC: Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 8, n. 13, p. 189-195, 2002.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BAYER, Diego Augusto. Mídia e sistema penal: uma relação perigosa. **Revista Síntese de direito penal e processual penal**, Porto Alegre, v. 14, n. 79, p. 36-49, abr./maio 2013.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. "Caso Isabella": violência, mídia e direito penal de emergência. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 16, n. 186, p. 16-17, maio 2008.

BECHARA, Fábio Ramazzini. Ministério público, mídia e opinião pública. **Boletim do Instituto Manoel Pedro Pimentel**, São Paulo, v. 2, n. 12, p. 13-15, jun. 2000.

BERK, Bernard. **History of labeling theory**. Los Angeles: International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences, 2015.

BERNARDES, Marcelo di Rezende. A atração fatal existente entre mídia e criminalidade. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 3, n. 14, p. 38-55, out./nov. 2006.

BERTANHA, Cristiane Freitas. A influência da mídia no processo penal. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, Franca, v. 8, n. 15, p. 65-67, 2º sem. 2005.

BERTI, Silma Mendes. **Direito à própria imagem**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

BIANCO, João Carlos. A obra fotográfica, o direito à imagem, à vida privada e à intimidade. **Justitia**, São Paulo, v. 62, 189/192, p. 202-217, jan./dez. 2000.

BITTAR, Carlos Alberto **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

BITENCOURT, Cezar Roberto; BUSATO, Paulo César. **Comentários à lei de organização criminosa: Lei nº 12.850/13**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BOLDT, Raphael; KROHLING, Aloísio. Entre cidadãos e inimigos: o discurso midiático e a expansão do direito penal como instrumentos de consolidação da subcidadania. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, Osasco, v. 14, n. 1, p. 241-261, jan./jun. 2010.

BONFIM, Edilson Mougenot. **Código de Processo Penal Anotado**. 4. ed. São Paulo, Saraiva, 2012.

BONJARDIM, Estela Cristina. **O acusado, sua imagem e a mídia**, São Paulo: Max Limonad, 2002.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Deixem em paz a presunção de inocência. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 32, n. 117, p. 184-194, out. 2012.

BOVINO, Alberto. Contra la inocencia. Ciencias penales. **Revista de la Asociación de Ciencias Penales de Costa Rica**, San José, v. 17, n. 23, p. 11-29, nov. 2005.

BRANDÃO, João Pedro Pereira. A execução antecipada da pena nos tribunais superiores brasileiros: os limites da garantia constitucional da presunção de não-culpabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 17, n. 80, p. 150-207, set./out. 2009.

BRUM, Caroline Bussoloto de. Análise constitucional do direito ao esquecimento. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 24, n. 288, p. 12-13, nov. 2016.

BRUTTI, Roger Spode. Temáticas recentes: dolo eventual, culpa consciente, direito à imagem, tráfico de drogas, liberdade provisória, roubo, colapso carcerário, arma sem munição e outros temas. **Revista Síntese de direito penal e processual penal**, Porto Alegre, v. 13, n. 74, p. 200-209, jun./jul. 2012.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Primeiros comentários à lei nº 13.245/2016, que altera o estatuto da OAB e regras da investigação criminal. **Revista jurídica: Sage/Síntese**, São Paulo, v. 64, n. 459, p. 85-94, jan. 2016.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. O suspeito. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 7, n. 78, p. 2, maio 1999. Disponível em: <http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=17327>. Acesso em: 1 set. 2019.

CALLEGARI, André Luís; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. "Deu no jornal": notas sobre a contribuição da mídia para a (ir)racionalidade da produção legislativa no bojo do processo de expansão do direito penal. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 2, p. 56-77, set./dez. 2009.

CAMARGO, Maria Clara de Lima, et al. A restrição do uso de algemas: uma aproximação com a teoria dos direitos fundamentais e a questão da súmula vinculante nº 11 do STF. In: GIACOMOLLI, Nereu José; MAYA, André Machado (Orgs.). **Processo penal contemporâneo**. Porto Alegre: Nuria Fabris: 2010.

CAMPOS, Vera Lúcia Toledo Pereira de Gois. Previsão legal do direito à imagem. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, n. 41, p. 95-118, set./dez. 2004.

CANDEO, Paula Priscila. A prisão preventiva e o princípio constitucional da presunção de inocência: uma análise a partir da declaração americana de direitos humanos. In:

HAMMERSCHMIDT, Denise; LIMA, Larissa Pinho de Alencar. **Ciências penais e juízes criminais: 1º fórum nacional de juízes criminais - FONAJUC**. Curitiba: Juruá, 2017.

CARLIN, Volnei Ivo. A justiça e a mídia. **Cidadania e justiça: revista da associação dos magistrados brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 9, p. 187-194, 2º sem. 2000. Disponível em: <http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=23082>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CARLIN, Volnei Ivo. A justiça e a mídia. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, n. 23, p. 23-29, ago./nov. 1998.

CARMO, Pedro do. Investigação criminal e media. **Revista do Ministério Público de Lisboa**, Lisboa, v. 31, n. 124, p. 115-124, out./dez. 2010.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. São Paulo: Edijur, 2017.

CARNELUTTI, Francesco. **La pubblicità del processo penale**. Padova: Rivista di Diritto Processuale, 1955. n.1.

CARNELUTTI, Francesco. **Cuestiones sobre el proceso penal**. Buenos Aires: Libreria El Foro, 1994.

CARNELUTTI, Francesco. **Lecciones sobre el proceso penal**. Buenos Aires: Jurídica Europa-América, 1950, v. 2.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. Princípio da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem. In: CARVALHO, Luis Gustavo **Grandinetti Castanho de. Processo penal e constituição: princípios constitucionais do processo penal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. **Liberdade de informação e o direito difuso à informação verdadeira**. Rio de Janeiro: Renovar, 1994. p. 60.

CARVALHO, Rômulo Luis Veloso de; MONTEIRO, Paulo Henrique Drummond. **É preciso pôr fim às medievais apresentações de presos à imprensa**. Consultor Jurídico. 15/01/2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jan-15/tribuna-defensoria-preciso-fim-medievais-apresentacoes-presos-imprensa>> Acesso em: 15 out. 2019.

CASAGRANDE, Renato. A urgência de um novo código de processo penal. **Revista de informação legislativa - RIL**, Brasília, v. 46, n. 183, p. 189-192, jul./set. 2009.

CASARA, Rubens Roberto Rebello. A espetacularização do processo penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 24, n. 122, p. 309-318, ago. 2016.

CASCALDI, Rui. Prisão temporária: inconstitucionalidade. **Justitia**, São Paulo, v. 53, n. 153, p. 12-15, jan./mar. 1991.

CINACCHI JÚNIOR, Higino. A lei, o processo e o fato - ofensa aos inocentes. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 74, p. 05-06, jan. 1999.

CHIAVARIO, Mario. **Diritto processuale penale – profilo istituzionale**. 5. ed. Torino: Utet Giuridica, 2012.

CHOUKR, Fauzi Hassan **Garantias constitucionais na investigação criminal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. A declaração universal dos direitos humanos 1948. **Juízes para a democracia**, São Paulo, v. 4, n. 15, p. 9, out./dez. 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **Fundamentos dos direitos humanos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 1997, p. 7. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/comparatodireitoshumanos.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2019.

COSTA, Eduardo Maia. A presunção de inocência do arguido na fase de inquérito. **Revista do Ministério Público de Lisboa**, Lisboa, v. 23, n. 92, p. 65-79, out./dez. 2002.

COSTA JÚNIOR, Paulo José. **Tutela penal da intimidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais: 1969.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DALIA, Andrea Antonio; FERRAIOLI, Marzia. **Manuale di diritto processuale penale**. 7. ed. Padova: CEDAM, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE CUPIS, Adriano. **I diritti dela personalittà**. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1982.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito processual penal**. Coimbra: Coimbra Editora, 1974. v.1.

DIAS TEIXEIRA, Francisco. Indiciamento e presunção de inocência. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 71, p. 14, out. 1998.

DIEL, Aline Ferreira da Silva; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Desvelando o arauto: mídia, crime e direitos humanos em tempos difíceis. In: AZEVEDO E SOUZA, Felipe Lazzari da Silveira (Org.). **Democracia e(m) sistema penal**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2017.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DOTTI, René Ariel. Identificação criminal e presunção de inocência [Comentário de jurisprudência]. **Ciência Penal**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 146-158, 1976.

DUVAL, Hermano. **Direito à imagem**. São Paulo: Saraiva, 1988.

ELBERT, Carlos Alberto. O populismo penal: realidade transitória ou definitiva?. In: D'ÁVILA, Fábio Roberto. **Direito penal e política criminal no terceiro milênio: perspectivas e tendências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FARIAS, Edilson Pereira de. **Colisão de direitos: a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação**. 2.ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2000.

FERNANDA C. PAPA. **Manual de mídia e direitos humanos**. Coordenação de Liane Faccio, Lúcia Nader, Carlos Portugal Gouvêa. São Paulo: Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos / Fundação Friedrich Ebert, 2001. 113 p.

FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo penal constitucional**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FERNANDES, Antonio Scarance. **O equilíbrio entre a eficiência e o garantismo e o crime organizado**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 16, n. 70, p. 229-268, jan./fev. 2008a.

FERNANDES, Antonio Scarance. Reflexões sobre as nações da eficiência e de garantismo no processo penal. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. Coords. **Sigilo no processo penal: eficiência e garantismo**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008b.

FERNANDES, Antonio Scarance. **Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FERNANDES, Antonio Scarance. **Reação defensiva à imputação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002a.

FERNANDES, Antonio Scarance. Rumos da investigação criminal no direito brasileiro. **Boletim do Instituto Manoel Pedro Pimentel**, São Paulo, Ano 5, n. 21, p.12-13, jul./set. 2002b.

FERRAJOLI, Luigi. El populismo penale nella società della paura. In: ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **La emergencia del miedo**. Buenos Aires: Ediar, 2013.

FERREIRA, Michelle Kalil. O princípio da presunção de inocência e a exploração midiática. **De Jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 9, p. 150-181, jul./dez. 2007.

FERRI, Enrico. **Sociologia criminale**. 5.ed, Torino: UTET, 1929. v. 2.

FIGUEIREDO, Ricardo Vergueiro. Algemas: algumas considerações. **Direito Militar: Revista da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais - AMAJME**, Florianópolis, v. 9, n. 56, p. 6-13, nov./dez. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir - nascimento da prisão**. 39. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FRANCESCHELLI, Bruno. **Il diritto ala riservatezza**. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1960.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Manual de direito civil: direito objetivo, direitos subjetivos, direitos privados da personalidade**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971.

GARFINKEL, Harold. **Conditions of successful degradation ceremonies**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956. v. 61, n. 5, p. 420.

GAROFOLI, Vincenzo; INCAMPO, Antonio. **Verità e processo penale**. Milano: Giuffrè, 2012.

GENNARO, Domenico de. La pubblicità delle procedure penali. **Archivio Penale**, Roma, v. 18, 1/12, p. 288-303, jan./dez. 1962.

GERBER, Daniel; MAYORA, Marcelo. Do jogo à "pelada" processual: o processo penal sem juiz. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 16, n. 194, p. 16, jan. 2009.

GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica**. São Paulo: Atlas, 2014.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Razões (?) do populismo punitivo. **Revista Síntese de direito penal e processual penal**, Porto Alegre, v. 11, n. 71, p. 102-116, dez./jan. 2012.

GOMES, Geraldo. Tóxicos. A comunicação de massa. **Revista de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, v. 86, p. 29-32, jan.-fev. 1984.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **A motivação das decisões penais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. Princípio da presunção de inocência na constituição de 1988 e na convenção americana sobre direitos humanos (pacto de São José da Costa Rica). **Revista do Advogado**, São Paulo, n.42, p.30-4, abr. 1994.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **Prisão cautelar e o princípio da presunção de inocência**. São Paulo: Saraiva, 1991.

GOMES, Marcus Alan de Melo. **O projeto de lei do código de processo penal: a escolha de um novo horizonte?**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, v. 17, n. 209, p. 4-5, abr. 2010.

GRECO FILHO, Vicente. **Comentários à lei de organização criminosa: Lei nº 12.850/13**. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GUTIÉRREZ, Mariano Hernán. **Populismo punitivo y justicia expresiva**. Buenos Aires: D'Plácido, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **As nulidades no processo penal**. 12. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Polícia civil e as garantias constitucionais. In: DE MORAES, Bismael Batista. (Org.). **A polícia à luz do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Liberdades públicas e processo penal: as interceptações telefônicas**. São Paulo: Saraiva, 1976.

HERBEL, Gustavo. El sistema penal en la sociedad mediática. **Revista do ILANUD**, San José de Costa Rica, n. 26, p. 11-30, 2002.

ILLUMINATI, Giulio. **La presunzione d'innocenza dell'imputato**. Bologna: Zanichelli, 1979.

KEHDI, André Pires de Andrade et al. Presunção de inocência: excertos da carta escrita pelo IBCCRIM à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 24, n. 282, p. 02, maio 2016.

KOHLER, Joseph. A própria imagem no direito. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 79, out./dez. 1972.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hanna Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LANDROVE DÍAZ, Gerardo. Protección del honor y derecho penal. **Estudios penales y criminológicos**, Santiago de Compostela, n. 13, p. 207-235, 1990.

LARRAURI PIJOAN, Elena. Populismo punitivo y como resistirlo. **Ciencias penales: Revista de la Asociación de Ciencias Penales de Costa Rica**, San José, v. 17, n. 24, p. 9-17, nov. 2006.

LIMA, Érico Fathi Cordoba de. As mazelas do processo penal: influências da mídia. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 13, n. 77, p. 111-132, abr./maio 2017.

LOPES JÚNIOR, Aury **Direito processual penal**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015a.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Fundamentos do processo penal – introdução crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015b.

LOPES JÚNIOR, Aury. Mudança no sistema recursal: só esqueceram de combinar com a constituição. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 23, n. 277, p. 12-14, dez. 2015c.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Teoria da dissonância cognitiva ajuda a compreender imparcialidade do juiz**. Consultor Jurídico, 11/07/2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-jul-11/limite-penal-dissonancia-cognitiva-imparcialidade-juiz>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Sistemas de investigação preliminar no processo penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

LOPEZ LOPEZ, Alberto Manuel. Publicidad, Indefension y Tutela Judicial Efectiva. **Actualidad Penal**. n. 27, Madrid: 1993.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

LYRA, Roberto. **Novas escolas penaes**. Rio de Janeiro: Canton e Reide, 1936.

MAC CROIRE, Benedita Ferreira da Silva. **A vinculação dos particulares aos direitos fundamentais**. Coimbra: Almedina, 2005.

MANZINI, Vincenzo. **Trattato di diritto processuale penale italiano, secondo il nuovo codice**. Torino: Unione tipografico-editrice torinese, 1931-32.

MARQUES, Braulio. A mídia como filtro do fato social. In: FAYET JÚNIOR, Ney. **Ensaio penais em homenagem ao Professor Alberto Rufino Rodrigues de Sousa**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2003.

MARKEL, Ernst. A justiça e a mídia. **Revista Cidadania e Justiça**, Rio de Janeiro, v.4, n.9, jul/dez. 2000

MARTINEZ, Sara Aragonese et. al. **Derecho procesal penal**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramon Aceres, 1996.

MARTINS, Leonardo. **Introdução à jurisprudência do Tribunal Constitucional Alemão - Cinquenta anos de jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão**. Montevideu: Fundação Konrad Adenauer, 2005. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/jurisprudencias-e- pareceres/jurisprudencias/docs- jurisprudencias/50_anos_dejurisprudencia_do_tribunal_constitucional_federal_alemao.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MASI, Carlo Velho; MOREIRA, Renan da Silva. Criminologia cultural e mídia: um estudo da influência dos meios de comunicação na questão criminal em tempos de crise. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 22, n. 108, p. 437-460, maio/jun. 2014.

MASI, Carlos Velho. O caso *Escher e outros vs. Brasil* e o sigilo das comunicações telefônicas: a fundamentação como garantia de efetividade dos direitos humanos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 932, p. 349, jun./2013.

MELLO, Silvia Leser de. A cidade, a violência e a mídia. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 6, n. 21, p. 189-195, jan./mar. 1998.

MENDES, Gilmar Ferreira [et. al.]. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDES DE ALMEIDA, Joaquim Canuto. **Princípios fundamentais do processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

MENDES, Soraia da Rosa; BURIN, Patrícia Tiraboschi. Na contramão do discurso midiático: uma perspectiva garantista da atuação do delegado ou da delegada de polícia. **Revista brasileira de direito processual penal**, v. 3, n. 2, p. 537-566, 2017.

MENDONÇA, Andrey Borges de. Os benefícios possíveis na colaboração premiada: entre a legalidade e a autonomia da vontade. In: MOURA, Maria Thereza de Assis (Coord); BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Coord). **Colaboração premiada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. p. 53-101.

MORAES, Mauricio Zanoide de. **Presunção de inocência no processo penal brasileiro: análise de sua estrutura normativa para elaboração legislativa e para a decisão judicial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010a.

MORAES, Maurício Zanoide de. Quem tem medo do “juiz das garantias”? **Boletim do IBCCRIM**, São Paulo, ed. especial, CPP. Ago. 2010b. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4176-Quem-tem-medo-do-juiz-das-garantias>. Acesso em: 21 nov. 2019.

MORAES, Mauricio Zanoide de. Publicidade e proporcionalidade na persecução penal brasileira. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. (Coords.). **Sigilo no processo penal: eficiência e garantismo**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

MORAES, Rodrigo Iennaco de et al. Exibição do suspeito preso à imprensa como atenuante inominada da pena. In: BRODT, Luís Augusto Sanzo; SIQUEIRA Flávia (Org.). **Limites do poder punitivo: diálogos na ciência penal contemporânea**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

MORAES, Walter. **Direito à própria imagem**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. v. 443.

MORETZSOHN, Sylvia. "Eu não sou eu, nem sou o outro": questões éticas sobre as dificuldades do jornalismo em lidar com "qualquer coisa de intermédio" no caso da cobertura criminal. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 17, 19/20, p. 649-657, 1º e 2º semestres. 2012.

MOURA, José Souto de. A questão da presunção de inocência do arguido. **Revista do Ministério Público de Lisboa**, Lisboa, v. 11, n. 42, p. 31-47, abr./jun. 1990.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. **A prova por indícios no processo penal**. Orientador: Rogério Lauria Tucci. 1991. 177 p. Dissertação (Mestrado em Processo Penal) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ORGAZ, Alfredo. **Derecho civil argentino: personas individuales**. Buenos Aires: Depalma, 1946.

PACELLI, Eugenio; FISCHER, Douglas. **Comentários do Código de Processo Penal e sua jurisprudência**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PALMA, Maria Fernanda. A constitucionalidade do artigo 342º do Código Penal: o direito ao silêncio do arguido. **Revista do Ministério Público de Lisboa**, Lisboa, v. 15, n. 60, p. 101-110, out./dez. 1994.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PITOMBO, Cleunice Valentim Bastos. **Da busca e da apreensão no processo penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. O Indiciamento como Ato de Polícia Judiciária. **Revista dos Tribunais**, n. 577, p. 313, 1983.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. **A identificação processual penal e a Constituição de 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, Ano 77, n. 635, 1988.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. **Inquérito policial: novas tendências**. Belém: Edições Cejup, 1987.

PLÁCIDO E SILVA, Oscar Joseph. **Vocabulário jurídico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PONTE, Ana Lúcia Menezes Vieira da. **Publicidade dos atos processuais penais e meios de comunicação em massa**. Orientador: Antonio Magalhães Gomes Filho. 2002. 350 p. Dissertação (Mestrado em Processo Penal) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

POZZEBON, Fabrício Dreyer de Ávila. Mídia, direito penal e garantias. In: GAUER, Ruth Maria Chittó (Org.). **Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

PRADO, Geraldo. **Prova Penal e Sistemas de Controles Epistêmicos: a quebra da cadeia de custódia das provas obtidas por métodos ocultos**. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1973. t. 3.

RAMIRO, Livia Froner Moreno. **Do direito ao esquecimento ao direito à desvinculação: a tutela dos dados pessoais nos motores de busca na internet**. Orientador: Cíntia Rosa Pereira de Lima. 2018. 163 p. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RITTER, Ruiz. Definitivamente, é preciso falar mais sobre a presunção de inocência. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 24, n. 288, p. 10-12, nov. 2016.

ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. Mídia e sistema penal. In: AZEVEDO E SOUZA, Bernardo de; SILVEIRA, Felipe Lazzari da (Org.). **Democracia e(m) sistema penal**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2017.

ROCHA, Fernando Antônio Nogueira Galvão da. O princípio da verdade real e a prova ilícita que ofende o direito à própria imagem. **Jus: Revista jurídica do Ministério Público**, Belo Horizonte, v. 22, n. 12, p. 119-133, 1991.

ROCHA, Fernando Luiz Ximenes. Mídia, processo penal e dignidade humana. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 11, 131 Esp, p. 2-3, out. 2003.

RODRIGUES, Matheus. Discurso midiático e violência. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 18, n. 217, p. 11-12, dez. 2010.

ROSA, Alexandre Moraes da; LOPES JUNIOR, Aury; OLIVEIRA, Daniel Kessler. **O roteiro delatado e o processo penal do espetáculo**. Consultor Jurídico. 30/08/2019. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2019-ago-30/roteiro-delatado-processo-penal-espetaculo>>. Acesso em 5 nov. 2019.

SAAD, Marta. **O direito de defesa no inquérito policial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SÁ, Alvino Augusto de. Desafios da execução penal frente aos processos de construção da imagem do inimigo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 20, n. 99, p. 215-238, nov./dez. 2012.

SALOMÃO, Luís Felipe. Memória, esquecimento e conteúdo na internet. **Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 112, p. 13-19, 2017.

SANTA MARIA, José Serpa de. **Direito à imagem, à vida e à privacidade**. Belém: CEJUP, 1994.

SANTOS, Juarez Cirino dos; SANTOS, June Cirino dos. Reflexões sobre o confisco alargado. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 23, n. 277, p. 23-24, dez. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Do caso Lebach ao caso Google vs. Agência Espanhola de Proteção de Dados**. Conj. 5/06/2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-jun-05/direitos-fundamentais-lebach-google-vs-agencia-espanhola-protecao-dados-mario-gonzalez>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SCHIAVINATO, Ana Maria. **Populismos e direitos**. Revista do Curso de Direito - Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), Brasília, v. 5, n. 2, p. 27-35, jul./dez. 2004.

SCHREIBER, Simone. O juiz de garantias no projeto do código de processo penal. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 18, n. 213, p. 2-3, ago. 2010.

SEMER, Marcelo. Populismo e seletividade forjam um sistema carcerário injusto e falido. In: SILVA, Givanildo Manoel da (Org.). **Quebrando as grades: liberdade incondicional**. São Paulo: Sefras, 2017.

SIDI, Ricardo. A magistratura, a cartilha e a detestável prisão de um inocente. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 23, n. 267, p. 18-19, fev. 2015.

SILVA, Bruno Roque Vanderley da et al. Direito ao esquecimento na era digital. **Revista Jurídica UNIGRAN**, Dourados, v. 20, n. 40, p. 155-158, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Gilvan Naibert e. **A fase de investigação na perspectiva do projeto do novo código de processo penal**. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2017.

SILVEIRA, Rodrigo Mansour Magalhães da. **A publicidade e suas limitações - a tutela da intimidade e do interesse social na persecução penal**. Orientador: Antonio Magalhães Gomes Filho. 2010. 180 p. Dissertação (Mestrado em Processo Penal) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Mídia e crime. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). **Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva: criminalista do século**. São Paulo: Método, 2001.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. A mídia e o Direito Penal. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 45, p. 16, ago. 1996.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. A criminalidade e os meios de comunicação social de massas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 135-143, abr./jun. 1995.

SOUZA, Diego Fajardo Maranha Leão de; LEITE, Rosimeire Ventura. O sigilo no processo criminal e o interesse público à informação. In: ALMEIDA, José Raul Gavião de; FERNANDES, Antonio Scarance. **Sigilo no processo penal: eficiência e garantismo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SOUZA, Luciano Anderson de; FERREIRA, Regina Cirino Alves. Discurso midiático penal e exasperação repressiva. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 20, n. 94, p. 363-382, jan./fev. 2012.

STEINER, Sylvia Helena de Figueiredo. **A convenção americana sobre direitos humanos e sua integração ao processo penal brasileiro**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2000.

STRUCKENBERG, Carl-Friedrich. Quem é presumido inocente do que e por quem? **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 16, n. 65, p. 35-58, abr./jun. 2017.

SUANNES, Adauto Alonso Silvinho. **Os fundamentos éticos do devido processo legal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. **Responsabilidade penal sucessiva nos crimes de imprensa**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001.

SZAFIR, Alexandra Lebelson. Descasos - Vergonha. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 21, n. 253, p. 19, dez. 2013.

TAVARES, Hugo Alexandre de Matos. A tutela penal do direito à imagem. Entre a subsidiariedade do direito penal e a unidade do sistema jurídico no problema da construção da área de tutela típica. In: ANDRADE, Manuel da Costa; NEVES, Rita Castanheira (Coord.). **Direito penal hoje: novos desafios e novas respostas**. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Considerações sobre a proteção do direito à imagem na internet. **Revista de Informação Legislativa - RIL**, Brasília, v. 54, n. 213, p. 173-198, jan./mar. 2017.

TEOTÔNIO, Paulo José Freire et al. Mídia, devido processo legal e investigação. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 11, n. 66, p. 5-37, jun./jul. 2015.

TORON, Alberto Zacharias. Notas sobre a mídia nos crimes de colarinho branco e o judiciário: os novos padrões. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 9, n. 36, p. 257-272, out./dez. 2001.

TORRES, Jaime Vegas. **Presunción de inocencia y prueba em el processo penal**. Madri: La Ley, 1993.

TORRES, Patrícia de Almeida **Direito à própria imagem**. São Paulo: Editora LTr, 1998.

TRIGUEIRO, Fábio Vinícius Maia. Direito ao esquecimento: dimensão da intimidade e identidade pessoal. **Revista de Direito Constitucional e Internacional: Cadernos de direito constitucional e ciência política**, São Paulo, v. 24, n. 98, p. 83-107, nov./dez. 2016.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A humanização do direito internacional**. , Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TUCCI, Rogério Lauria **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro**. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

VARELA CASTRO, Luciano. Proceso penal y publicidad. **Jueces para la democracia: información y debate**, Madrid, n. 11, p. 37-44, dez. 1990.

VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. **Colaboração premiada no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. **Barganha e justiça criminal negocial: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro**. São Paulo: IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2015.

VIANNA, Tulio; SARKIS, Jamilla. Execrando suspeitos para atrair audiência: o uso de concessões públicas de TV para a prática de violações do direito constitucional à imagem. In: BRODT, Luís Augusto Sanzo; SIQUEIRA, Flávia (Org.). **Limites do poder punitivo: diálogos na ciência penal contemporânea**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. Exposição do preso à mídia. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 16, n. 190, p. 8, set. 2008.

VIEIRA, Ana Lucia Menezes **O sigilo da fonte de informação jornalística como limite à prova no processo penal**. São Paulo: Gazeta Jurídica, 2015.

VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo penal e mídia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

VIEIRA, Luis Guilherme. Algemas: uso e abuso. **Revista Síntese De Direito Penal E Processual Penal**, Porto Alegre, v. 3, n. 16, p. 11-16, out./nov. 2002.

VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos. **Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

WEDY, Miguel Tedesco. A interceptação telefônica e seus limites. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 13, n. 75, p. 5-25, dez./jan. 2017.

WEINMANN, Amadeu de Almeida; WEINMANN, Rejane. A escuta telefônica e outras invasões da intimidade - o anonimato e sua ilicitude. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 7, n. 38, p. 79-93, out./nov. 2010

WUNDERLICH, Alexandre. Reformas legislativas e populismo punitivo: é possível controlar a sedução pelo poder penal? **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 18, n. 214, p. 10-11, set. 2010.

XAVIER, José Roberto Franco. A opinião pública e o sistema de direito criminal: sobre as dificuldades de compreender essa relação complexa. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 23, n. 112, p. 149-164, jan./fev. 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **La emergencia del miedo**. Buenos Aires: Ediar, 2013.

ZAMORA ACEVEDO, Miguel. Acerca del discurso populista punitivo. **Revista digital de la Maestría en Ciencias Penales de la Universidad de Costa Rica**, Turrialba, n. 5, p. 139-178, anual. 2013.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. A colaboração premiada nos trópicos. Autonomia das partes e o imperativo do controle judicial: leituras sobre a Lei 12.850/13 à luz da eficiência e do garantismo. In: CUNHA FILHO, Alexandre J. Carneiro da et al. **48 visões sobre a corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. p. 855-874.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. Ainda que tardia, que venha a liberdade: breve panorama sobre a prisão cautelar no direito brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 18, n. 85, p. 447-494, jul./ago. 2010a.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. Os atores e seus papéis. **Boletim do IBCCRIM**, São Paulo, ed. especial, CPP. Ago. 2010b. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4174-Os-atores-e-seus-papeis>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. Ainda sobre as condições da ação penal. In: VAZ, Denise Provasi ... [et al.], orgs. **Eficiência e garantismo no processo penal: estudos em homenagem a Antonio Scarance Fernandes**, São Paulo: LiberArs, 2017.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. **A iniciativa instrutória do juiz no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ZULIANI, Ênio Santarelli; BRUNHARI, Andréa de Almeida. Princípios constitucionais e direito de imagem. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 32, n. 117, p. 50-75, out. 2012.